



A CPI do Judiciário, que na semana passada ouviu o presidente do TRT-SP, prossegue nesta semana as investigações em torno de obra do tribunal

CPI DO JUDICIÁRIO

Começa investigação de tráfico de crianças

Juiz é acusado por advogado de manter ligações com uma agência italiana de adoção e de autorizar processos irregularmente

A CPI do Poder Judiciário começa a apurar nesta semana o tráfico internacional de crianças brasileiras em Jundiá (SP). Amanhã, os senadores integrantes da CPI ouvem o depoimento do advogado Marco Colagrossi e de duas mães de meninos que teriam sido enviados para o exterior, Maria Aparecida Salles e Cristiane Lopes.

Colagrossi é o coordenador do grupo das "Mães

da Praça do Fórum", que vem lutando para reaver os filhos de mulheres pobres daquela cidade paulista. O advogado acusa o juiz Luís Beetowen Giffoni Ferreira de manter ligações com uma agência italiana de adoção e autorizar irregularmente processos submetidos a seu exame.

PÁGINA 5

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Dirigentes do FonteCindam e do Marka depõem na quinta

Salvatore Cacciola, dono do Banco Marka, depõe na quinta-feira, às 10h, na CPI do Sistema Financeiro. No mesmo dia, à tarde, a CPI toma o depoimento do presidente do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves. Os dois bancos compraram dólares a preços favorecidos na mudança cambial, em 14 de janeiro.

PÁGINAS 3 E 5

COMISSÕES

■ CCJ

Projetos da reforma política voltam a debate

PÁGINA 6

■ CAE

Receita da privatização pode ter novo destino

PÁGINA 6

■ CAS

Novas regras para operação de terminais

PÁGINA 6

ACM alerta que MST pode tomar conta do país

Em pronunciamento na convenção nacional do PFL, o senador Antonio Carlos Magalhães advertiu para a necessidade de evitar "que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra tome conta do país, prejudicando as propriedades produtivas".

PÁGINA 8

Gastos com pessoal vão a votação

PÁGINA 6



Governador de Rondônia, José Bianco, vice-presidente Marco Maciel, senadores Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães e o ministro José Serra (do PSDB) estiveram presentes à convenção nacional do PFL



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Previsão para a próxima semana

PLENÁRIO

Terça-feira (11.5.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição (tramitando em conjunto com o PLS nº 89/98, Complementar); *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82, 27/3/95 (tramitando em conjunto com o PLC nº 6/99, Complementar); *Requerimento nº 170/99, da senadora Marina Silva, solicitando, que sobre o PLS nº 202/99, de autoria do senador Antero Paes de Barros, que introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; *Requerimento nº 173/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando, que sobre o PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo - GLP ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Serviços de Infra-Estrutura; *Requerimento nº 175/99, do senador Geraldo Althoff, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 25/99, de sua autoria e outros senadores, que dá nova redação ao § 7º do art. 14 da Constituição federal; e *Requerimento nº 176/99, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 121/99, de sua autoria, que dispõe sobre taxa de juros nos financiamentos de imóveis habitacionais.

Quarta-feira (12.5.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *Mensagem nº 246/98, que submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Gabonesa; *Mensagem nº 58/99, que submete à deliberação do Senado a escolha de Carlos Alfredo Pinto da Silva, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, e cumulativamente junto à República do Benin, República do Níger e República Togolesa; *Mensagem nº 102/99, que submete à apreciação do Senado a escolha de Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à Índia e, cumulativamente, junto à República do Sri Lanka, à República das Maldivas e ao Reino do Nepal; *Requerimento nº 184, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 231/99, Complementar, de sua autoria, que dispõe sobre reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH; *Requerimento nº 186/99, do senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 198 e 122/99, por versarem sobre a utilização do FGTS para o pagamento de anuidades do ensino médio e cursos superior e universitário de graduação; e *Requerimento nº 190/99, do senador Sergio Machado, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 83/99 de sua autoria, que altera o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19/9/95, fixando em quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatura às eleições de eleitor que mudar de partido.

Quinta-feira (13.5.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas); *Requerimento nº 191/99, do senador Jefferson Peres, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLCs nºs 135/94 e 19/99, por versarem sobre a competência das juntas de conciliação e julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente; e *Requerimento nº 194/99, da senadora Heloisa Helena, solicitando, nos termos regimentais, que sobre a Mensagem nº 98/99, através da qual o presidente da República Socialista seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sexta-feira (14.5.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira (10.5.99)

▶ 17h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do jornal *O Globo*. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Terça-feira (11.5.99)

▶ 10h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do advogado de Jundiá/SP, Marco Colagrossi; Maria Aparecida Salles; Cristiane Lopes; e do ex-presidente do TRT - SP, Rubens Tavares Aidar. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9/9/97; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 255/97, que fixa prazo para a restituição do imposto sobre a renda e proventos descontado na fonte; *PLS nº 94/99, que dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte; *PLS nº 169/98, que dá nova redação ao parágrafo 6º do Decreto-Lei nº 288/67, alterado pela Lei nº 8.387/91; *PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; *PLS nº 215/97, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; *PLC nº 31/96, que dispõe sobre o jogo de bingo; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - PIER; *PLC nº 58/98, que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18/11/94, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins; *PLS nº 115/99, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica; *PLC nº 11/98, que regulamenta o § 1º do art. 213, da Constituição federal; e *PLS nº 163/99, que cria contribuição destinada à financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 49/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no município de Mucajaí-RR; *PLS nº 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no município de Anauá-RR; Emenda nº 1 de Plenário ao *PLC nº 55/96,

que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; *PLC nº 59/98, que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria; e os *Projetos de Decretos Legislativos nºs 101/98, 125/98, 109/98, 117/98, 13/95, 97/98, 45/98, 138/98, 106/98, 98/98, e 39/97, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 16h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimento do ex-diretor da Área Externa do BC Demóstenes Madureira de Pinho Neto. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PDLs nºs 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e o governo da Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; *144, que aprova texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos Pós-Graduação nas Universidades dos países-membros do Mercosul; *7/99, que aprova texto do acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e o governo da Jamaica; *8/99, que aprova texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e o governo da Jamaica; *9/99, que aprova texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo do Brasil e o governo da Argentina; *10/99, que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República da Costa Rica; *11/99, que aprova texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Costa Rica; *13/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Rússia; *20/99, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o governo do Brasil e o governo do Uruguai; *22/99, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o governo do Brasil e o governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte; *25/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para o Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; e *34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

Quarta-feira (12.5.99)

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 59/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1/12/65, para a criação do conselho de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar); *PLC nº 101/95, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo; *PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; *PLS nº 78/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais; *PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 132/99 (decisão terminativa), que altera o art. 39 da Lei nº 4.886/95, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; *PLS nº 195/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre o uso da talidomida; *PLC nº 54/96, que regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96, e 6.305/75; *PLC nº 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as popu-

lações indígenas; *PLC nº 49/98, que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o Programa de Vacinação em Pessoas que Alcançaram a Terceira Idade, Internadas ou Recolhidas em Instituições Geriátricas; *PLC nº 50/98, que acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); *PLC nº 57/98, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos; *Diversos nº 20/98, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada na FGTS. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 10h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do superintendente da Polícia Federal/PB, Antônio Flávio Toscano Moura. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLS nº 178/99, que altera a Lei nº 4.737, de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 20/9/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 180/99, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737 de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - Abin; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções nº 44/98 e 45/98, do Senado Federal e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; e *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Siasi - Sistema de Administração Financeira, e outros sistemas de informações de órgãos públicos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

Quinta-feira (13.5.99)

▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimento do presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ 10h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do delegado da Polícia Federal/AM, Nivaldo Farias. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 15h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimento do presidente do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira (12.5.99)

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: Despertar de um Pesadelo (The Long Kiss Goodnight), de R. Harlin. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI ouve na quinta-feira Salvatore Cacciola

Dono do Banco Marka deve ser questionado sobre as relações entre o BC e mercado financeiro. No mesmo dia, irá depor na comissão o presidente do FonteCindam, a outra instituição que comprou dólares a preços favorecidos

O dono do Banco Marka, que pôde comprar dólares do Banco Central a preço abaixo da cotação do dia, em 14 de janeiro passado, será ouvido pela CPI do Sistema Financeiro na próxima quinta-feira, às 10 horas. No mesmo dia, a CPI tomará o depoimento, à tarde, de Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco FonteCindam, que também recebeu autorização do BC para compra de dólares a preços favorecidos, pouco antes da liberação cambial no país. Essa venda é um dos fatos sob investigação da CPI.

Segundo reportagem da revista *Veja*, Salvatore Cacciola foi um dos poucos investidores que apostaram na manutenção da política cambial, após a demissão de Gustavo Franco e sua substituição por Francisco Lopes na presidência do Banco Central. Conforme a revista, três pessoas ouviram Cacciola

afirmar que apostou no real porque tinha um informante no Banco Central, mas ele não o teria avisado da mudança cambial. A comissão também investiga se houve ou não vazamento de informações sobre a mudança cambial.

A Polícia Federal apreendeu na casa de Cacciola um bilhete dirigido a Francisco Lopes, escrito no dia 13 de janeiro, onde ele pede para tratar da crise do Marka e diz, ao final, que esquecerá "o passado". A autenticidade do bilhete foi confirmada por assessores de Francisco Lopes, mas a parte que trata sobre esquecimento do passado intriga os senadores da CPI. Cacciola também será questionado sobre a remessa que ele fez para o exterior, de aproximadamente US\$ 13 milhões, no momento em que seu banco já estava em dificuldades.

Já Luiz Antônio Gonçalves, dirigen-

te do FonteCindam, deverá explicar o socorro do BC, também com dólar abaixo da cotação do dia. A chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Teresa Grossi, afirmou à CPI que em momento algum a fiscalização foi acionada para verificar a situação do FonteCindam na Bolsa de Mercadorias & Futuros e, mesmo assim, a direção do BC determinou a venda dos dólares. O Marka ficou sem patrimônio após a operação do Banco Central, mas o FonteCindam continuou com patrimônio e em pleno funcionamento.

Amanhã, a CPI irá ouvir o diretor da área externa do Banco Central à época em que houve a venda dos dólares a preços favorecidos, Demóstenes Madureira de Pinho Neto. Ele participou da reunião da diretoria do BC, na manhã do dia 14 de janeiro, quando se decidiu que a instituição iria operar no mercado para evitar a liquidação de bancos que apostaram na manutenção da política cambial.

Conforme depoimentos de funcionários do BC à CPI, a diretoria teria chegado à conclusão de que liquidar instituições financeiras num momento de mudança cambial e de uma viagem do ministro da Fazenda ao exterior poderia provocar uma crise de efeitos absolutamente imprevisíveis no sistema financeiro.



O vice-presidente e o relator da CPI, José Roberto Arruda e João Alberto. Entre eles, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

País teve prejuízo estimado em R\$ 1,5 bilhão

Com os depoimentos do ex-diretor da área externa do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho, amanhã, e dos controladores dos bancos Marka, Salvatore Cacciola, e FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves, na quinta-feira, a CPI deverá concluir os trabalhos relativos ao primeiro dos oito casos concretos que lhe deram origem.

– Depois de ouvir todos os envolvidos, a comissão deve enviar suas conclusões ao Ministério Público, que deve dar andamento ao processo judicial – salientou o presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Em menos de um mês (a CPI foi instalada em 14 de abril), os senadores ouviram 17 pessoas e investigaram os detalhes da operação que permitiu ao Banco Central vender dólares à cotação de R\$ 1,2750 ao Banco Marka e R\$ 1,32 ao FonteCindam. Estima-se que a ajuda aos bancos tenha causado um prejuízo de cerca de R\$ 1,5 bilhão.

Boa parte das informações com as quais a comissão trabalha foi conseguida com a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e postal dos controladores dos bancos envolvidos; do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes; dos funcionários da área de fiscalização do BC; e dos sócios da empresa de consultoria Macrométrica, Luiz Augusto e Sérgio Bragança. A empresa é

suspeita de intermediar a operação para favorecer o Marka.

O primeiro a depor na CPI foi o atual presidente do BC, Armínio Fraga. Ele reafirmou que a ajuda aos bancos tinha o objetivo de evitar uma "crise sistêmica". Disse ainda que "não há como provar vazamento de informações".

A primeira revelação da CPI surgiu após reunião dos senadores com os procuradores responsáveis pelo inquérito na Justiça Federal. Nela, os membros da CPI souberam que havia sido encontrado na casa de Francisco Lopes bilhete assinado por seu ex-sócio na Macrométrica, indicando a existência de US\$ 1,675 milhão em conta no exterior.

– Há fatos muito mais graves, além



Segundo Arruda, documentação será enviada ao Ministério Público após fim dos depoimentos

dos que vêm sendo divulgados pela imprensa e que comprometem o ex-presidente do Banco Central e boa parte do sistema financeiro nacional – revelou à época o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA).

Lopes acabou não depondo na CPI, por se recusar a assinar termo se comprometendo a dizer a verdade. Já os irmãos Bragança depuseram, mas – usando a prerrogativa conferida pelo Supremo Tribunal Federal de não responder perguntas que os incriminassem – não falaram sobre o dinheiro depositado no exterior.

Os depoimentos dos dirigentes da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), em 5 de maio, colocaram em xeque a justificativa do BC de que a operação havia sido motivada por carta enviada pela bolsa sugerindo a ajuda aos bancos. O presidente da BM&F, Manoel Félix Cintra Neto, garantiu que a operação foi de responsabilidade exclusiva do BC e que a própria bolsa tinha mecanismos para arcar com os prejuízos do Marka.

Isso indica, na opinião do senador Arruda, que houve uma operação "atípica e imprópria". Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) considera que o episódio da carta, que no seu entendimento foi forjada para justificar a operação, é motivo para o enquadramento dos responsáveis no crime de falsidade ideológica.

Dutra acusa governo de restringir os limites da investigação



Dutra protesta contra "operação-abafa", que, segundo ele, é coordenada pelo Planalto

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) alertou ontem para a existência de "manobras" que têm como objetivo limitar a abrangência das investigações da CPI do Sistema Financeiro. "Está em curso uma 'operação-abafa', coordenada pelo Planalto, com o objetivo de assegurar que a comissão se contente com as cabeças de Francisco Lopes e dos dirigentes dos dois 'tamboretetes', o Marka e o FonteCindam", garantiu.

Para Dutra, o Senado e a CPI precisam estar à altura dos desafios dos tempos da globalização. "Não se trata mais de apurar corrupção dos tempos do Brasil arcaico, como nepotismo, superfaturamento, cobrança de 10% e outros delitos com vazamento de informações e tráfico de influência", alertou.

Dutra explicou que o depoimento do deputado Aloizio Mercadante na CPI mostrou o fio que devem seguir as investigações. "É necessário cruzar informações

sobre os bancos que mudaram suas posições em relação ao câmbio, na véspera da desvalorização do real, 12 de janeiro de 99, com essas mesmas informações num segundo momento histórico: 7 de março de 95, quando também houve mudança cambial que resultou em prejuízo para os cofres públicos", frisou.

Para o senador, "as figurinhas carimbadas do BBA, Matrix, Pactual e Garantia estarão lá, pois sempre ganham muito dinheiro com mudanças cambiais". José Eduardo Dutra reconheceu que são necessários métodos mais sofisticados de investigação para detectar corrupção no sistema financeiro, principalmente em tempos de globalização, mas frisou que o Brasil precisa "desvendar esses caminhos escusos se quiser aprovar legislação mais rígida que coíba essas ações criminosas".

Jucá aponta circular do BC como primeiro bom resultado

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou na sexta-feira que a CPI do Sistema Financeiro já deu seus primeiros bons resultados, ao reportar-se à edição da Circular 2.883 do Banco Central, proibindo que as administradoras de fundos de investimento, bem como suas controladoras ou bancos, detenham quotas desses fundos.



Romero Jucá afirma que a CPI está "no caminho correto"

– Fica assim extinta a promiscuidade que existia entre os fundos e seus principais acionistas, que acabava gerando corrupção e prejuízos para os demais quotistas – destacou.

Para Romero Jucá, esse é um exemplo dos resultados positivos que podem advir do funcionamento da comissão: providências do governo para fechar

"brechas" na legislação financeira que permitem negócios lesivos aos cofres públicos. "É o caminho correto e espero que não haja politização ou contaminação eleitoral dos trabalhos da comissão, que deve se concentrar em elucidar fatos, apontar culpados e possíveis aperfeiçoamentos legislativos", frisou.

O senador por Roraima disse que o Congresso está dando uma demonstração de maturidade política e sensibilidade diante do clamor da sociedade por reformas e moralização. "O funcionamento das CPIs no Senado e os esforços da Câmara no projeto de reforma do Judiciário apontam nessa direção. O Senado também colocou um ponto final no triste episódio da existência de juizes classistas e espero que a Câmara igualmente aprove essa emenda constitucional", afirmou.

Osmar Dias quer política agressiva de exportação

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) propôs a adoção de uma política comercial externa mais agressiva para os produtos agrícolas nacionais e a criação de um grupo de trabalho interministerial, com a participação de parlamentares, para negociar os termos dessa política. A proposta do senador foi feita na sexta-feira em discurso no plenário.

Para Osmar Dias, o governo precisa impor condições melhores para o país na negociação dos produtos agrícolas, devido à globalização. Atualmente, observou, o Brasil está importando produtos alimentícios que compõem toda a cesta básica. "O governo precisa ser alertado de que a balança comercial teria resultados melhores se não fossem essas importações", disse.

Outro assunto abordado pelo senador foi o aumento de 100% no preço da

vacina para o combate à febre aftosa, o que tem prejudicado os pecuaristas, que são obrigados a pagar multa de R\$ 90,00 por cada cabeça não vacinada. "Espero que as autoridades prestem atenção a denúncias como essa e não apenas às CPLs", criticou. Ele alertou que está havendo

um cartel de cinco laboratórios, que formam o oligopólio das vacinas, e sugeriu que os laboratórios do Ministério da Agricultura, em convênio com os estados, poderiam fabricar esses produtos e praticar preços de mercado.

Os ministros da Justiça, Renan Calheiros, e da Agricultura, Francisco Turra, já foram alertados sobre esse aumento indevido, segundo Osmar Dias. Além dessa majoração no preço da vacina, houve ainda aumento de 53% nos preços do inseticida, herbicida, fungicida e fertilizantes, segundo o senador. Ele alertou que esse aumentos prejudicam os produtores e pecuaristas, que ainda enfrentam problemas com a variação dos custos de produção e a queda dos preços dos produtos, ocorrida no ano passado, no mercado internacional.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que a denúncia feita por Osmar Dias é "extremamente grave, num país que quer se ver livre da febre aftosa". O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que a base governista tem a responsabilidade de alertar o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o que está ocorrendo no setor agrícola. "Acho que as informações que chegam até o presidente não são de má-fé, mas feitas com incompetência, por gente que não entende do assunto", disse Álvaro Dias.



Osmar Dias: agricultura merece atenção

Emilia saúda decisão do STF sobre licença-maternidade

Para senadora, suspensão da portaria do Ministério da Previdência que limitava o valor do benefício é "uma vitória das mulheres brasileiras"

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) considerou "uma vitória das mulheres brasileiras" a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a portaria do Ministério da Previdência Social que limitava o pagamento da licença-maternidade a R\$ 1.200. Com a decisão, a Previdência terá de cobrir integralmente o salário das mulheres com direito ao benefício, mesmo que elas recebam um salário superior.

Segundo a decisão do STF, que respondeu a ação de inconstitucionalidade impetrada pelo PSB, a licença-maternidade "é um direito constitucional e deve ser assegurada sem prejuízo do emprego e do salário". Para a senadora, a revogação da medida é resultado

da luta da Bancada Feminina no Congresso Nacional e do compromisso do STF com a defesa da Constituição e dos direitos adquiridos da sociedade.

Emilia Fernandes lembrou a mobilização da bancada feminina contra a portaria do ministério e em defesa do direito adquirido das mulheres, dizendo que a revogação da medida foi um dos principais pontos da programação da semana comemorativa do Dia Internacional da Mulher, que incluiu a realização de audiência sobre o assunto com o ministro Valdeck Ornellas. Além disso, o protesto contra a portaria também fez parte da pauta dos encontros, dos atos públicos e dos pronunciamentos realizados nos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.



Emilia Fernandes destaca mobilização da bancada feminina no Congresso

Hartung pede mais prazo de incentivo à informática

A indústria brasileira de informática poderá ter ampliado o prazo para se beneficiar de incentivo fiscal, cujo fim está previsto para outubro próximo. É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Paulo Hartung (PSDB-ES) que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ele, o incentivo fiscal ajudou a transformar o Brasil no principal produtor de bens na área de informática da América do Sul.



Para Hartung, incentivo fiscal estimula produção

O projeto prevê que o incentivo seja estendido por 21 anos a partir de outubro de 1992. Naquela época, foi estabelecido pela Lei n.º 8.248/91 que a indústria de informática nacional teria direito ao benefício pelo prazo de sete anos, que termina em outubro próximo. Hartung defende a prorrogação para evitar a saída do país de empresas já instaladas.

— Precisamos consolidar os investimentos existentes em nosso país e atrair novos programas e projetos — argumenta.

Tuma sugere mudar Lei de Execução Penal

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou projeto alterando a Lei de Execução Penal, a fim de permitir que o condenado seja ouvido quando determinada sua transferência para um regime mais rigoroso de pena privativa de liberdade. A lei autoriza essa transferência quando o condenado praticar crime doloso ou falta grave ou quando sofrer condenação por crime anterior.

Tuma pretende acrescentar mais uma hipótese: quando, em regime aberto, o condenado frustrar os fins da execução ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta. Também quer propiciar a nomeação de defensor para o condenado, caso não esteja assistido por advogado.

— Por falta de assistência jurídica adequada nessa fase, muitas injustiças e violações de direito têm sido cometidas. Por isso, é necessária a previsão formal de nomeação de defensor dativo, para acompanhar petições, caso o condenado não esteja assistido por advogado — explicou.



Tuma diz que têm ocorrido injustiças

Projeto de Luiz Estevão diminui despesas para quem vai casar

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou um projeto de lei que revoga a publicação de proclama na imprensa local como exigência para o casamento civil. Os custos da publicação recaem atualmente sobre os noivos, o que, segundo o senador, inibe que os mais pobres regularizem sua situação matrimonial.

O projeto foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa. Nele está mantida a exigência de que se afixem proclamas em locais visíveis nos cartórios, o que, segundo Luiz Estevão, garante o não prejuízo ao "princípio da publicidade", sem a necessidade da publicação na imprensa local.

— Considere-se, ainda, que esta publicação, nos termos da lei, poderá ser dispensada tão logo sejam apresentados os documentos exigidos na habilitação para o casamento e em havendo urgência, e que o próprio Código Civil não define o que seja urgência — observou o senador.

Luiz Estevão falou ainda do pouco efeito prático da publicação, uma vez que os proclamas geralmente são publicados no local de menor evidência dos jornais e com letras pequenas. O senador considerou, por fim, que o projeto adequa o instituto do casamento à realidade brasileira, tornando-o mais acessível e possibilitando a regularização de situações à margem da lei, sem prejudicar o direito de quem quer que seja de impedir o casamento, se houver motivo para tal.



Luiz Estevão quer revogar a exigência de publicação de proclama na imprensa

Lobão propõe facilitar retomada do casamento

Casais separados judicialmente poderão ter a chance de optar por um novo regime de bens ao retomar um casamento desfeito, caso seja aprovado o projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA), que está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para Lobão, a legislação atual, que permite o restabelecimento do matrimônio desde que nos termos em que foi constituído originalmente, é "uma imposição à liberdade do casal e pode dificultar a reconciliação".

— A experiência tem demonstrado que, em muitos casos, o motivo da separação, entre tantos outros, resulta diretamente do regime de bens antes escolhido pelos cônjuges. Judicialmente separados, poderão divorciar-se e voltar a casar-se, entre si, escolhendo livremente um novo regime de bens. A lei não deve, portanto, criar dificuldades meramente formais, impedindo que os separados optem por um regime distinto, se podem chegar a idêntico resultado através do divórcio e novo casamento — justificou Lobão.



Edison Lobão quer permitir novo regime de bens para casamentos refeitos

CPI do Judiciário começa a apurar tráfico de crianças

Comissão ouve jornalista hoje sobre venda de alvarás de soltura no Amazonas. Amanhã será iniciada a investigação da denúncia de adoções irregulares em Jundiaí (SP), com depoimentos de advogado e de duas mães



CPI começa investigação de mais uma denúncia nesta semana

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário começa a apurar, nesta semana, uma nova denúncia: o tráfico internacional de crianças brasileiras, com origem na cidade de Jundiaí (SP). Amanhã, a partir das 10h, os senadores integrantes da CPI ouvem o depoimento do advogado Marco Colagrossi e de duas mães de meninos que teriam sido enviados para o exterior, Maria Aparecida Salles

e Cristiane Lopes.

Colagrossi é o coordenador do grupo das "Mães da Praça do Fórum", que vem lutando para reaver os filhos de mulheres pobres daquela cidade paulista. O advogado acusa o juiz Luís Beetowen Giffoni Ferreira de autorizar irregularmente os processos de adoção e de manter, desde 1996, ligações com uma agência italiana de adoção (AMI).

Dessa forma, a CPI, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), dá início à apuração da quinta denúncia

envolvendo membros do Judiciário. Nas semanas anteriores, os integrantes da comissão debruçaram-se sobre a apuração de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, na construção do fórum de primeira instância do TRT de São Paulo, nos cálculos de indenização devida pelo Banco da Amazônia S/A e na comercialização de alvarás de soltura de traficantes no Tribunal de Justiça (TJ) do Amazonas.

Testemunhas do caso do TJ amazônico também depõem na CPI esta semana. O jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do jornal *O Globo*, será ouvido hoje. Ele é autor de matéria que denunciou o caso de venda de alvarás por um desembargador e uma advogada de Manaus, publicada em março passado.

Na quinta-feira, às 10h, a CPI tomará o depoimento do delegado da Polícia Federal (PF) no Amazonas Nivaldo Farias, que acompanha o inquérito policial sobre a libertação irregular de presos federais.

Os casos dos TRTs de São Paulo e da Paraíba também terão prosseguimento nos próximos dias.

Mais um ex-presidente do tribunal paulista, Rubens Tavares Aidar, que manteve o juiz Nicolau dos Santos Neto à frente da comissão de obras do TRT, será recebido pela comissão amanhã, depois de ouvidos os depoentes no caso de Jundiaí.

No dia seguinte, às 10h, o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), pedirá esclarecimentos ao superintendente da PF na Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, que teria tomado conhecimento de que a pessoa que vendeu terreno em João Pessoa para o TRT paraibano recebeu apenas R\$ 200 mil dos R\$ 710 mil pagos pelo tribunal.

Além de coletar novas informações, a CPI já está encaminhando documentos sobre os casos apurados aos órgãos competentes. Esta semana, o presidente da comissão enviou todos os documentos relativos ao superfaturamento e desvio de verbas públicas na construção do fórum trabalhista de São Paulo – em que o principal suspeito é o juiz Nicolau – ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Jefferson acredita que país vai superar a crise ética

Alinhando-se entre os otimistas no que diz respeito às potencialidades do país, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse na sexta-feira que, contra a corrupção, a indiferença e a tentativa de abafar depoimentos como o do deputado Aloizio Mercadante, há os fatos positivos, que são as duas CPIs do Senado e o vigor com que jovens promotores do Ministério Público Federal enfrentam o poder econômico.

– O processo infeccioso ainda é grave, mas o Brasil não tem Aids e seu sistema imunológico está reagindo – comparou.

O senador considerou inconcebível que parlamentares governistas tenham cogitado e manobrado para tornar secreta a reunião da CPI do Sistema Financeiro em que Mercadante prestou seu depoimento. Ele disse que, "felizmente, a manobra não vingou".

Jefferson também atribuiu a uma

crise ética o fato de alguns senadores não terem considerado exorbitantes os R\$ 10 bilhões de lucros auferidos por instituições financeiras com a desvalorização cambial.

"Mas temos reservas enormes para crescer", afirmou Jefferson, e os resultados já apresentados pelas CPIs do Senado contrapõem-se à crise ética, demonstrando "que ela não veio para ficar". Além disso, uma nova safra de promotores públicos, principalmente federais, tem enfrentado corajosamente os governadores e o poder econômico, disse.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) enfatizou que não havia razão política ou risco institucional que justificasse tomar o depoimento do deputado Mercadante em reunião secreta. Ele também considerou preocupante a tentativa de fazer prevalecer a tese de que R\$ 10 bilhões não são nada.



Jefferson lamentou tentativa de tornar secreta reunião da CPI

Relações entre bancos e fundos estrangeiros preocupam Suplicy

Uma das principais contribuições do depoimento do deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi questionar a relação entre bancos nacionais e fundos de investimentos estrangeiros.

Segundo o senador, que falou no plenário sexta-feira, a CPI deve saber, durante o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, como o fisco brasileiro tem observado o mecanismo de transferência de recursos para os fundos. Nessa relação



Suplicy cumprimentou Mercadante pelo depoimento

"sofisticada", continuou, os fundos transfeririam os lucros para o exterior, tendo como quotista a matriz do banco, dificultando a cobrança do Imposto de Renda.

– Os senadores governistas tentaram diminuir a importância do depoimento que Mercadante deu à CPI e o governo tenta minimizar os lucros extraordinários de bancos no momento em que o país atinge taxas recordes de desemprego – avaliou Suplicy, que cumprimentou o deputado pela sua contribuição à comissão.

Em um mês de atividades, 14 depoimentos

Passado um mês de sua instalação, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já colheu o depoimento de 14 pessoas. Presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão tem o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) como vice-presidente e o senador Paulo Souto (PFL-BA) como relator.

Instalada no dia 8 de abril, a CPI do Judiciário colheu o primeiro depoimento 11 dias após. No dia 19 de abril, o auditor do Tribunal de Contas da União, Paulo de Tarso de Oliveira, confirmou a existência de irregularidades e superfaturamento na licitação e construção da sede das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Em seguida, no mesmo dia, a CPI ouviu o técnico judiciário do TRT da Paraíba, Antônio de Pádua Pereira Leite, que denunciou a prática de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indevida de recursos públicos e compras sem licitação feitas no tribunal paraibano. No dia 20 de abril, a presidente do Banco da Amazônia S/A (Basa), Flora Valladares Coelho, falou à CPI sobre uma decisão judicial que determinou o pagamento, pelo banco, de uma indenização de R\$ 81 bilhões aos ex-donos da Madeireira Sabim, que foi a concordata.

Prosseguindo a série de depoimen-

tos, o subprocurador-geral da República, Eithel Santiago de Brito Pereira, confirmou, no dia 26 de abril, a existência de superfaturamento, nepotismo, contratações ilegais e dispensa indevida de licitações no TRT da Paraíba. Na sequência da sessão, o ex-genro de Nicolau dos Santos Neto, Marco Aurélio Gil de Oliveira, denunciou que os gastos do juiz passaram a ser "astronômicos" após o início da construção do prédio do TRT-SP. Ele citou entre os bens do ex-sogro um apartamento de US\$ 1 milhão em Miami (Estados Unidos), diversos automóveis importados valendo mais de US\$ 100 mil, gastos excessivos no cartão de crédito internacional e uma mansão em praia particular de Guarujá (SP).

O ex-presidente do TRT da Paraíba, Vicente Vanderlei, depôs na CPI do Judiciário no dia 27 de abril. Ele confirmou as denúncias feitas pelo técnico judiciário Antônio de Pádua Pereira Leite. No dia seguinte, depôs o presidente em exercício do TRT paraibano, Ruy Elóy, que tentou se defender das acusações de nepotismo, superfaturamento na aquisição de imóveis, apropriação de recursos públicos e compras sem licitação.

A CPI do Judiciário ouviu no dia 29 de abril o deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA), que há oito anos é membro da Comissão Mista de Orça-

mento. No dia 3 de maio, o presidente atual do TRT-SP, Floriano Correia Vaz da Silva, afirmou que a obra do TRT paulista vem sendo questionada desde sua licitação.

Depoendo no dia 4 de maio, Nicolau dos Santos Neto negou as acusações que lhe foram feitas pelo ex-genro e recusou-se a responder às perguntas dos senadores sobre imóveis e contas bancárias no exterior.

O advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior, no dia 5, denunciou um esquema de venda de alvarás de soltura no Amazonas. Ele acusou o desembargador Daniel Ferreira da Silva, do Tribunal de Justiça do estado, de integrar o esquema. Na sequência da mesma sessão da CPI, o procurador regional da República, Osório Barbosa Sobrinho, informou que o desembargador expediu alvarás de soltura para, pelo menos, nove presos.

Na última reunião da CPI do Judiciário desta semana, dia 6, o ex-presidente do TRT de São Paulo, Délvio Buffulin, disse estar sendo injustamente acusado de participação no desvio de verbas públicas durante o processo de construção da sede das juntas de conciliação e julgamento. Em seguida, depôs o também ex-presidente do mesmo TRT, José Victório Moro.

Denúncias de gastos astronômicos, nepotismo e superfaturamento de obras marcaram depoimentos

Senadores votam amanhã novos limites para gastos com pessoal

Projeto, já aprovado pela CCJ, prevê a suspensão dos repasses de verbas para estados e municípios que não se enquadrarem em suas exigências

O projeto que modifica os limites de despesas com pessoal, aprovado quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será apreciado em turno único amanhã pelo plenário do Senado. A matéria, que tramita em regime de urgência, substitui a Lei Camata, alterando prazos, limites e fixando punições aos estados que descumprirem suas determinações.

Já aprovado na Câmara, o projeto reduz

o limite de comprometimento da receita da União com a folha de pessoal de 60% para 50% e mantém inalterado o teto de 60% para estados e municípios. Na CCJ, a matéria recebeu parecer favorável do relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Entre as sanções que a proposta esta-



O projeto que será votado amanhã pelo plenário reduz de 60 para 50% a possibilidade de comprometimento das despesas da União com o pagamento do funcionalismo

belece para os estados que tenham despesas superiores ao teto fixado está a proibição de concessão de vantagens a servidores, a criação de cargos e a contratação de novos funcionários. Se o estados e municípios não se adequarem aos limites de gastos no prazo estabelecido, te-

rão suspensos os repasses de verbas federais, entre outras punições.

O plenário também vota amanhã, em primeiro turno, emenda constitucional proposta pelo senador licenciado José Serra que muda dispositivos sobre o sistema financeiro nacional.

CAE debate destino das receitas da privatização

Presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10 horas, para examinar, entre outras matérias, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações. No mês passado, foi concedida vista coletiva do projeto aos membros da comissão para melhor exame da matéria.

A pauta da CAE tem 13 itens, entre eles, projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RO) que incentiva os meios de comunicação e de transporte a publicarem fotografias com identificação de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. Deverá também ser examinado projeto

do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para a restituição do Imposto de Renda (IR) descontado na fonte.

Aguardam ainda votação projeto que dispõe sobre o jogo do bingo; que assegura ao empregado a indicação do banco onde deseja ver depositado seu salário; e que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas por bebidas alcoólicas.



Simon propõe prazo para restituição do IR

CAS analisa regras para quem opera terminais de vídeo

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na próxima quarta-feira, às 9h, tendo uma pauta de 13 itens, entre eles projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a jornada de trabalho e as condições ambientais dos profissionais que operam continuamente em terminais de vídeo.

Serão examinados ainda projetos para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira e para a criação do Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade. Aguarda ainda deliberação projeto, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período

em que a atividade é proibida.

A CAS deverá também discutir projetos sobre a regulamentação do exercício da profissão de classificador de produtos vegetais; sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas; e sobre a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para a quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.



CAS irá apreciar dois projetos de Lúcio Alcântara

Reforma política é o tema da reunião da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado reúne-se na quarta-feira para apreciar alguns projetos da reforma política. Entre eles, um do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos que não tenham caráter nacional acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão. O relator da matéria é o senador Edison Lobão (PFL-MA), que tem parecer favorável, com duas emendas de redação.

Agripino diz que seu projeto contribui para o aperfeiçoamento das instituições político-partidárias e atende ao interesse público. Ele lembra que a própria lei eleitoral já exige que, para ter direito a funcionamento parlamentar, o partido tem de ter pelo menos 5% dos votos para a Câmara, com o mínimo de 2% dos votos apurados em pelo menos nove estados.

Também deverá ser examinado projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que altera a Lei dos Partidos Políticos, ampliando de dois para quatro anos o tempo exigido de filiação à legenda para que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo. O parlamentar alega que a disciplina partidária exige que haja um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e seu partido. O relator da matéria, Sérgio Machado (PSDB-CE), tem parecer favorável à iniciativa.

Outro item da reforma política sujeito a deliberação é a proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição

para prefeitos. Pela proposta, aquele que pretender se candidatar novamente deve se afastar do cargo, no mínimo seis meses antes do término do seu mandato. O parecer do relator, Jefferson Pêres (PDT-AM), é pela aprovação da emenda.

A comissão deverá examinar ainda projeto de Sérgio Machado que proíbe coligações nas eleições proporcionais. Nas eleições majoritárias elas continuarão sendo permitidas, visto que, conforme o parlamentar, nesses pleitos se tem em vista a garantia de representação das diversas correntes de opinião da sociedade, ainda que minoritárias. Para o senador, isso caracteriza, em essência, o sistema de representação proporcional. O relator, Edison Lobão, apresentou parecer favo-

rável.

Também aguardam deliberação as emendas de plenário ao projeto de lei da Câmara que regula a exoneração de servidor público estável quando há excesso de despesas com cargos públicos. O projeto veio do governo e dispõe que o critério geral para a identificação dos servidores estáveis a serem desligados levará em conta o seguinte: menor tempo de serviço, maior remuneração e menor idade.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) tem parecer contrário às emendas de plenário. Todos os projetos integrantes da reforma política foram submetidos a vista coletiva da CCJ, pelo prazo de cinco dias, no último dia 5.

CE discute divulgação de taxas de evasão escolar

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se extraordinariamente amanhã, a partir das 11h30, para apreciar a renovação da concessão de 11 rádios em vários estados, dentre outras matérias. A comissão também apreciará a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no 1.º e 2.º graus, bem como da divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Além disso, a CE poderá aprovar a criação de duas escolas agrotécnicas federais em Roraima, sendo que a escola prevista para o município de Mucajai foi rejeitada pelo relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que deu parecer favorável pela criação da outra escola no município de Anauá. A CE também poderá aprovar a criação do Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, proposta pela senadora Marina Silva (PT-AC) e com parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

CRE examina convenção sobre os povos indígenas

O projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais em países independentes é um dos doze itens incluídos na pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prevista para a próxima terça-feira, às 17h30. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC).

Também constam da pauta da CRE dois acordos de cooperação técnica, celebrados entre o Brasil e a Argentina, e o Brasil e a Costa Rica. Os acordos têm parecer favorável dos relatores – respectivamente, senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Moreira Mendes (PFL-RO).

A Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), analisa ainda dois acordos de cooperação cultural e educacional, que o governo brasi-

leiro celebrou com os governos da Rússia e da Jamaica. Os relatores, senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Tião Viana (PT-AC), apresentaram parecer favorável à aprovação.

O acordo de cooperação entre governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando à redução da demanda, prevenção do uso indevido e ao combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, assinado em Salvador (BA) no dia 18 de julho de 1997, também será apreciado pela comissão. A matéria tem parecer favorável do relator, senador João Alberto (PMDB-MA).



João Alberto relata o acordo contra o tráfico de drogas

Luiz Otávio diz que processo de FHC contra Maluf reforça sua preocupação com rumos do PPB



Luiz Otávio destaca processo contra autores do dossiê Cayman

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou sua satisfação com a notícia divulgada pela *Folha de S. Paulo* de que o presidente Fernando Henrique está processando criminalmente Paulo Maluf, Lafaiete Coutinho e Caio Fábio como responsáveis pela denúncia de que chefe do Executivo, Mário Covas, José Serra e Sérgio Motta teriam uma conta nas ilhas Cayman. O senador parabenizou o presidente e afirmou que agora será possível restabelecer a verdade, já que a Polícia Federal esteve nas

ilhas Cayman e comprovou que não existia a conta bancária.

Luiz Otávio lembrou sua preocupação sobre a condução do PPB, exposta há alguns meses, e disse que a medida tomada por Fernando Henrique vem juntar-se a sua luta. Referindo-se ao presidente do PPB, Paulo Maluf, o senador perguntou como uma pessoa "que se aproveita de uma situação como esta pode ser dirigente de um partido nacional, que tem uma bancada com mais de 50 deputados federais".

Atração do Cultura ao Meio-Dia

O filme *Despertar de um Pesadelo* é a atração desta semana do projeto Cultura ao Meio-Dia. O *thriller* conta a história de uma professora, vivida por Geena Davis, que sofre de amnésia e começa a ter a sua vida assombrada por imagens intrigantes de seu passado. Com a ajuda de um detetive particular, interpretado por Samuel L. Jackson, ela inicia uma busca para descobrir sua verdadeira identidade. O Cultura ao Meio-Dia promove sessões de cinema gratuitas todas as quartas-feiras, às 12h, no auditório Petrônio Portella.

PROGRAMAÇÃO



RÁDIO SENADO

HOJE

08h - Agenda Senado
Em seguida - Música e Informação.
14h30: Sessão Plenária (ao vivo)
Após a Plenária: CPI do Judiciário.
Em seguida - Música e Informação.
19h: "A voz do Brasil"
Em seguida - Música e Informação.

20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e Informação.
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e Informação.
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e Informação
00h: Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e Informação.

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Maria do Carmo pede ação efetiva no combate à seca

Senadora cobra do governo execução do plano de implantação de infra-estrutura hídrica em todo o semi-árido nordestino

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso, na sexta-feira, ações efetivas no combate à seca. Ela destacou a existência do plano "Novo Nordeste", que foi entregue ao presidente há três anos e que pode instalar na região "uma base econômica eficiente e competitiva, extirpando de vez a miséria que se abate sobre essa parcela da população brasileira".

O projeto, disse Maria do Carmo, foi desenvolvido pelo engenheiro João Alves Filho, ex-governador de Sergipe, e consiste na perfuração de poços artesianos e na construção de adutoras, açudes, barragens, aguadas e cisternas e na implantação de projeto de irrigação, incentivos para pecuária e assentamento de milhares de colonos.

— Será que o presidente FHC prefere investir, como nessa última estiagem, mais de R\$ 2 bilhões em frentes de emergência que, embora nas circunstâncias sejam inevitáveis, não promovem nada



Maria do Carmo Alves defende iniciativa capaz de gerar empregos na região

de essencial? — questionou a senadora.

Maria do Carmo acrescentou que o projeto tem viabilidade executiva e financeira. Segundo ela, a proposta discrimina ações e custos, e possibilitaria implantar ampla infra-estrutura hídrica em todo o semi-árido nordestino e estabelecer uma economia auto-sustentável, "gerando milhões de empregos".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou a "insensibilidade dos tecnocratas do governo em relação à seca". Dutra também registrou a omis-

são do governo estadual, que preferiu "torrar" os R\$ 500 milhões arrecadados na venda da companhia de energia elétrica de Sergipe "com obras eleitoreiras", a investir em obras contra a seca.

O senador Tião Viana (PT-AC) disse não entender por que órgãos do governo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), não dão prioridade ao combate à fome e à seca.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) classificou como inadmissível o fato de estarmos vendo "irmãos nossos padecendo, sem um mínimo de dignidade para subsistir", às vésperas do ano 2000.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que as águas excedentes do rio Tocantins podem ser uma solução definitiva para a escassez de recursos hídricos do Nordeste. Segundo ele, existem projetos de construção de cinco usinas hidrelétricas no rio, que podem fornecer um sistema de controle das águas de forma a viabilizar a sua transposição e a perenização de rios do Nordeste.

Leomar Quintanilha ressalta investimentos portugueses no Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) registrou na sexta-feira a presença de autoridades e empresários portugueses durante as comemorações do Dia do Trabalho no Tocantins, destacando-se o ministro das Finanças de Portugal, Antonio Sousa Franco, o presidente da EDP, empresa que trata da geração e distribuição de energia elétrica naquele país, Mario Cristina de Sousa, e do presidente do conselho superior do grupo Espírito Santo, que implantou um projeto agrícola no estado, comandante Antonio Luís Roquette Ricciardi.

— Estou ressaltando a importância dessas visitas, coincidentemente de grupos diferentes, mas ambos de origem portuguesa, para falar da importância da atração de investimentos estrangeiros para as obras estruturantes do nosso país. Não é o capital volátil que está chegando aqui, não é o capital especulativo, mas o capital sério, que todos nós desejamos, é o capital de que o Bra-

sil precisa para implementar as obras necessárias ao estabelecimento do seu processo de desenvolvimento, à organização da sua economia, já que o Brasil, de há muito, carece de investimentos maciços na geração e na distribuição de energia elétrica — observou.

Quintanilha explicou que o grupo de empresários liderados pelo ministro Antonio Sousa integra um consórcio constituído pelas empresas do Chile, a Cesp de São Paulo, a CEB de Brasília, e a Celtins do Tocantins. Este consórcio, continuou o senador, está construindo em Tocantins a maior obra energética do país, a usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.



Quintanilha informa que empresários portugueses formam consórcio na construção de hidrelétrica



Nabor Júnior destacou papel da TV Senado, que permite o acompanhamento das atividades da Casa

Nabor pede transcrição de carta nos Anais

Em discurso no plenário, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu a transcrição nos Anais da Casa de carta que recebeu do sr. Jacó José, irmão lazarista de 85 anos, a respeito de um pronunciamento seu sobre tráfico de drogas.

Na carta, datada de 27 de abril e enviada de Porto Alegre, o senhor Jacó, que assistiu ao discurso do senador pela TV Senado, diz que "não adianta combater o tráfico de drogas, é preciso acabar com a produção". Para o irmão lazarista, "os governos são omissos quanto a esta questão, enquanto multiplicam-se as chacinas de nossa juventude".

Nabor Júnior fez questão de registrar o papel relevante desempenhado pela TV Senado, que permite o acompanhamento ao vivo das atividades da Casa.



Antonio Carlos (na convenção do PFL) acha "justa" aspiração de candidatura própria do partido mas defende alianças com outros partidos

ACM alerta para risco de o MST tomar conta do país

Convenção do PFL aprovou moção apresentada propondo o lançamento de candidatura própria nas eleições presidenciais de 2002

Em pronunciamento na convenção nacional do Partido da Frente Liberal, na manhã de sexta-feira, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) alertou o governo e o país para a necessidade de se evitar "que o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) tome conta do país, prejudicando as propriedades produtivas". Ele lamentou "a falta de coragem sequer para fazer cumprir decisões judiciais", e reafirmou os compromissos do PFL com a defesa da "moralidade pública, o desenvolvimento e uma justiça social sem demagogia, mas com eficiência".

A convenção do PFL aprovou moção apresentada pelo senador José Agripino (RN) propondo o lançamento de candidatura própria pelo partido nas

eleições presidenciais de 2002. Os convençãois aplaudiram diversas manifestações sugerindo o nome de Antonio Carlos Magalhães como futuro candidato do partido ao Palácio do Planalto. Antonio Carlos, questionado pelos jornalistas, disse não ser candidato e nem pretender ser, mas ressaltou que se houver um movimento das bases do partido nesse sentido "o assunto será estudado".

Antonio Carlos destacou como "uma aspiração justa" essa vontade do partido, ao mesmo tempo em que defendeu a importância das alianças partidárias e, em particular, a atual aliança do PFL com o PSDB, para sustentação parlamentar do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os ministros Pimenta da Veiga (Co-

municações) e José Serra (Saúde), do PSDB, compareceram à convenção do PFL. Pimenta da Veiga fez questão de falar, transmitindo mensagem do presidente da República, com votos de sucesso para a convenção, e destacando a importância da aliança parlamentar que apóia o governo.

Ao lado da maioria dos governadores e ministros do partido, dezenas de deputados federais e senadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e integrantes do PFL de todo o país, Antonio Carlos saudou a recondução do senador Jorge Bornhausen (SC) para a presidência da agremiação e elogiou a atuação do vice-presidente da República, Marco Maciel, no cargo e na vida partidária.

Álvaro Dias sugere medidas para reforma do Judiciário

Extinção dos tribunais militares, fusão da Justiça do Trabalho com a Justiça Federal comum e combate ao nepotismo foram algumas sugestões apresentadas na sexta-feira pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), ao defender uma ampla reforma no Poder Judiciário. O senador apoiou ainda a criação de um juizado especial para causas trabalhistas, nos moldes dos juzizados especiais cíveis e criminais, e a realização de eleições diretas para todos os cargos de direção dos tribunais.

O Supremo Tribunal Federal (STF), acrescentou o senador, também deveria ter atribuições apenas constitucionais, deslocando-se as demais causas para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o sistema de remuneração deveria ser equiparado entre os três poderes, escalonando-se os subsídios dos demais juízes a partir dos subsídios dos ministros do STF e mantendo-se uma diferença de 5% da escala remuneratória entre os tribunais e as respectivas instâncias

inferiores.

Deve haver, ainda, segundo sugestão do senador, um órgão de controle, de caráter interno ou externo, para o Judiciário, bem como a ampliação de mecanismos que permitam a solução de conflitos jurídicos através da mediação e de acordos. Dentre as propostas do senador está também a extinção dos juízes classistas na Justiça do Trabalho, já aprovada em primeiro turno no plenário do Senado.

Ao lado da CPI que investiga o Poder Judiciário, observou Álvaro Dias, é importante que o Senado também debata a reforma desse poder:

– Uma reforma do Judiciário há que ser pensada em termos de aprimorá-lo e torná-lo mais ágil na prestação jurisdicional, pois sem essa agilidade o próprio poder se desfigura, eis que justiça tardia não é justiça, conforme diz o brocardo jurídico. A reforma não pode ser estigmatizada por uma visão de desprestígio ao Poder Judiciário, mas



Álvaro defende a extinção dos juízes classistas, já aprovada em primeiro turno pelo Senado

não pode também servir como pretexto para a defesa de privilégios daqueles que o integram e que têm o vezo de se considerarem intocáveis – afirmou.

Para o senador, a situação que vem sendo constatada, de sentenças de juízes que obrigam a União a pagar quantias exorbitantes, é "diabólica e surrealista". Ele reportou-se ao caso do juiz que condenou a União a pagar uma indenização de R\$ 81 bilhões a uma madeireira da Amazônia, citado como um dos fatos a serem apurados pela CPI.

Tião Viana denuncia esterilização de mulheres pataxó na Bahia

A esterilização em massa de mulheres pataxó na Bahia foi denunciada pelo senador Tião Viana (PT-AC) em discurso na sexta-feira, informando que tomou conhecimento do fato por meio de 15 caciques pataxó "hã-hã-hãe" que estiveram no Congresso Nacional esta semana.

Segundo Tião Viana, foram esterilizadas índias das aldeias Barretá, Panelão e Caramuru, que ficam nos municípios de Itaju do Colônia, Camacã e Pau-Brasil. O parlamentar informou que há apenas dez famílias na aldeia Barretá, em que todas as mulheres – inclusive jovens de 15 anos – foram esterilizadas. Para ele, isso levanta "a forte suspeita de genocídio étnico".

O senador acreano apresentou cópia de correspondência enviada pelos índios pataxó Gerson de Souza Mello, Wilson de Jesus e Alcides Francisco Filho, e encaminhada ao procurador da República na Bahia, Roberio Nunes, em agosto do ano passado. Na carta, os indígenas informam que as mulheres foram induzidas à esterilização durante a campanha política do deputado Roland Lavigne (PFL-BA). As ligaduras teriam sido feitas em hospitais de Camacã e Ilhéus.

Segundo as lideranças indígenas, "os fazendeiros e políticos têm interesse em exterminar a nação Pataxó", devido à luta dos índios pela conquista da terra. O senador afirmou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) está sendo considerada omissa pelos índios, ao não tomar providências e mesmo negar informações à Procura-



Tião Viana acredita que esterilização faz parte de processo de genocídio

doria da República. Ele também pediu providências ao presidente da Fundação Nacional de Saúde, Mauro Costa.

Tião Viana apresentou ainda levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em dezembro de 1998. Nele são arrolados os nomes de 17 índias da aldeia Barretá, 24 das aldeias Caramuru e Mundo Novo e outras 28 da aldeia Coroa Vermelha, que teriam sido esterilizadas.

O senador lembrou que os índios lutam por coisas simples, como máquinas e financiamentos agrícolas, acesso aos serviços de saúde, educação e transporte escolar. A maioria das crianças indígenas somente conseguem cursar quatro anos de escola.

Marluce defende Mercosul e critica tese da dolarização

Ao lembrar que a criação do Mercosul não respondeu a imperativos conjunturais, mas a um projeto estratégico, econômico e político de longo prazo, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu na sexta-feira, em discurso no plenário, cautela em relação às propostas de dolarização da economia latino-americana que têm sido divulgadas pela imprensa:

– Vamos continuar trilhando com segurança o caminho certo, preferindo o terreno firme de uma integração por etapas, estudada, que é a melhor forma para se colher os melhores frutos – afirmou, clamando os parlamentares a promover no Congresso Nacional discussões mais profundas e constantes sobre o assunto.

Marluce destacou que em 1991 o Mercosul passou da condição de uma restrita área de livre comércio – com isenção de tarifas entre os países do acordo – para uma união aduaneira, que supõe livre comércio "intrabloco" e uniformização das tarifas externas. Assim, o atual estágio do Mercosul consolidou-se com a Tarifa Externa Comum (TEC), implantada em 1995 com variação de



Marluce afirmou que Mercosul é opção brasileira de inserção na economia internacional

zero a 20%, acrescentou.

O Mercosul, na opinião da senadora, é a opção brasileira de inserção na economia internacional, baseada na preferência por associar-se com nações latino-americanas vizinhas, em detrimento de "aventurar-se em empreendimentos mais ambiciosos e mais incertos, como seria o caso de pleitearmos nosso ingresso no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Alca)".